APRESENTAÇÃO

O boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT) busca apresentar um panorama tanto da conjuntura do mercado de trabalho brasileiro quanto do debate em torno das políticas que afetam esse mercado. A análise conjuntural deste número 64 do BMT prioriza o ano de 2017, que marcou uma inflexão na trajetória do nível de atividade com reflexos no mercado de trabalho. O produto interno bruto (PIB) de 2017 apresentou crescimento de 1% após dois anos consecutivos de queda, sendo acompanhado por uma trajetória análoga do nível de ocupação. Os salários também registram recuperação, em parte pelos baixos níveis de inflação de 2017.

Mais detalhes da evolução do mercado de trabalho podem ser conferidos no primeiro texto deste número. Essa análise da conjuntura do mercado de trabalho, que tradicionalmente abre o boletim com uma avaliação em detalhes dos seus principais agregados, a partir deste número é a mesma publicada na seção *Mercado de trabalho* da *Carta de Conjuntura*, em sua edição de número 38, completando um processo gradual de convergência das duas análises, e que envolve um trabalho conjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) e da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Além do texto de análise conjuntural e do anexo estatístico, que traz recortes mais detalhados das informações que fundamentam essa análise, integram também este volume as usuais seções *Notas técnicas*, *Política em foco* e *Economia solidária e políticas públicas*.

A seção *Notas técnicas* é composta por quatro trabalhos. O de autoria de Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, sob o título *Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil*, tem como objetivo documentar tendências na alocação do tempo no Brasil ao longo do período entre 2001 e 2015. Em particular, pretende-se analisar a evolução das jornadas semanais de trabalho no mercado e em afazeres domésticos, além do tempo semanal de deslocamento entre casa e trabalho e das horas semanais dedicadas ao lazer. Ana Amélia Camarano e Daniele Fernandes apresentam a nota *Os homens maduros que não trabalham nem são aposentados: um estudo exploratório da Pnad Contínua*. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise exploratória sobre a situação dos homens brasileiros de 50 a 59 anos que não trabalhavam nem procuravam trabalho e que nem eram aposentados nem pensionistas em 2016, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad Contínua/IBGE). Como esta fonte não traz informações sobre condições de saúde, uma breve avaliação destas é feita com base na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, muito embora se reconheça que estas fontes não são comparáveis.

Na nota intitulada *Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens*, Carlos Henrique Leite Corseuil, Katcha Poloponsky e Maira Albuquerque Penna Franca procuram explorar possíveis explicações para o expressivo aumento recente da taxa de desemprego dos jovens brasileiros. Além de subsidiar possíveis ações de políticas públicas no Brasil, a análise visa também contribuir para o debate mais amplo sobre a maior sensibilidade dos jovens ao ciclo econômico, baseado em dados da Pnad Contínua.

Por fim, a última nota técnica, de autoria de Sandro Pereira Silva, intitulada *O panorama laboral brasileiro no contexto recente da economia latino-americana*, analisa o panorama laboral brasileiro baseado em dados fornecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o contexto mais geral da economia latino-americana. A discussão apresentada no trabalho permite ampliar a visão sobre a real dimensão do momento atual da economia brasileira, sobretudo no tocante à dinâmica do mercado de trabalho, colocando-a em conexão com a realidade econômica e social da América Latina como um todo.

A seção *Política em foco* traz três textos. No primeiro, sob o título *Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal*, Mauro Oddo Nogueira chama a atenção para o fato de que, até mesmo para que a informalidade possa ser adequadamente abordada e aquilatada, há questões que antecedem esse debate, especialmente a compreensão de um processo que, além de econômico, é também um constructo social. Mais ainda, que não há uma clivagem em nossa economia, mas sim um sistema econômico no qual a semiformalidade é um de seus principais fatores constitutivos e que traz como reverso da moeda a precariedade das relações de trabalho.

Os outros dois trabalhos da seção *Política em foco* trazem à tona questões relacionadas à reforma trabalhista e à política do combate ao trabalho escravo. No texto intitulado *A estratégia argumentativa da reforma trabalhista no Brasil à luz de dados internacionais*, Sandro Pereira Silva tem como objetivo central problematizar a dimensão econômica da retórica argumentativa utilizada durante o processo legislativo em favor da aprovação da Lei nº 13.467/2017, a partir de informações recentes e padrões institucionais internacionais. Para tanto, será utilizado como elemento comparável entre um conjunto de países o Indicador de Proteção ao Emprego (IPE), elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que mede o grau de rigidez e de proteção da legislação trabalhista em cada país. O último texto dessa seção é de autoria de Alexandre Arbex, Marcelo Galiza e Tiago Oliveira, sob o título *A política de combate ao trabalho escravo no período recente*. Os autores resgatam a história de institucionalização da política de erradicação do trabalho escravo no Brasil. Trata-se de uma política pública recente, que se estruturou em um contexto de acirrada disputa política, e que alcançou amplo reconhecimento internacional.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz três textos que abordam diferentes temáticas de interesse. O primeiro é de autoria de Viviani Renata Anze, Guilherme Passarela, Diogo de Carvalho Antunes Silva e Vinicius Lobo, intitulado *Desafios para implementação e o acompanhamento das políticas de fomento à economia solidária*, em que são apresentados os resultados da pesquisa diagnóstica aplicada a prefeituras conveniadas com o Ministério do Trabalho (MTb), por intermédio da Secretaria Nacional de Economia

Solidária (Senaes), no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), na medida em que esta pesquisa ilustra os desafios para a execução e a implementação de políticas públicas em parcerias com entes públicos governamentais, na esfera municipal e, por extensão, do acompanhamento destes convênios. O segundo traz o trabalho de Regilane Fernandes da Silva e Manoel Vital de Carvalho Filho, sob o título *Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável*. No texto, os autores buscam inicialmente fazer um resgate – mesmo que bastante sucinto – de como os conceitos de economia solidária, desenvolvimento sustentável e território se encontraram para formular pauta estratégica para os movimentos sociais no Brasil.

Por fim, o terceiro texto tem como título *Crise de paradigma? A Política Nacional de Economia Solidária*, de autoria de Sandro Pereira Silva. O trabalho dá sequência às análises já apresentadas na edição anterior deste periódico sobre os desafios enfrentados pela inserção na agenda governamental e a consequente implementação da Política Nacional de Economia Solidária no Brasil.